

## CIÊNCIA SOCIAL TEÓRICA E EXPLICAÇÃO CIENTÍFICA\* CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Karl Acham  
Graz, Áustria

\*.Conferência proferida, em 1986, no Brasil (Rio, Brasília, São Paulo, Porto Alegre) pelo Prof. Karl Acham, titular de Teoria Sociológica, História das Idéias e Metodologia científica na Universidade Karl-Franz de Graz (Áustria).

Resumo: Ciência social teórica e explicação científica. No contexto da função e do uso de teorias nas ciências sociais, discute-se seu papel no âmbito da ciência histórica. O problema analisado considera o uso, na história, de teorias elaboradas em outras especialidades, e a produção nela, de teorias. De-tém-se a reflexão, de início, na formação de conceitos, na tipificação dos objetos e em sua explicação. Na segunda parte cuida-se de teorias globais na ciência histórica e, na terceira, pondera-se a questão dos valores nas ciências sociais. Tendo Max Weber por interlocutor, o presente trabalho dele diverge, ao concluir que a reflexão teórico-metodológica, nas ciências sociais, destina-se a explicar, e não meramente a duplicar o que estuda.

Summary: Theoretical social science and scientific explanation. In the context of an inquiry on the function and use of theories in social sciences, this paper debates their role in historical science. The problem under scrutiny considers the use, in history, of theories elaborated within other fields, as well the production of theories in history itself. The reflection begins with the analysis of concept-formation, types of objects and their explanation. The second part examines global theories in historical science and the third ponders the questions of values in social sciences. Taking Max Weber's ideas as a reference, the present paper dissents from them, to conclude that the theoretical and methodological speculation in the social sciences has the goal of explaining and not merely duplicating what it investigates.

**H**á várias razões para que se sinta novamente nas ciências sociais certa saturação de explicações teóricas, ao

mesmo tempo em que se reafirma a necessidade de relatos, descrições, narrativas exatas. Uma das razões tem a ver com o fato de que, com freqüência, certos acontecimentos ou ações são generalizados de forma simplista, na crença ingênua de que se pode chegar a leis gerais através de generalizações indutivas. Diante de tal prática, a advertência de Gustav Schmoller, principal representante da escola histórica da Economia política do final do século XIX, continua atual ainda hoje: não refinar pela enésima vez o que já foi refinado n vezes, mas extrair da experiência novo material histórico<sup>1</sup>.

1. Cf. G. Schmoller: *Zur Literaturgeschichte der Staats- und Sozialwissenschaften*, Leipzig, 1888, p. 279.

Uma outra razão da saturação teórica constatada no âmbito das ciências sociais, sobretudo no da ciência histórica, está correlacionada com a referida negligência de aproximar o leitor dos homens, cuja história e cujo destino estão sendo tratados, e com a circunstância de que todo o atrativo e toda a sangrenta seriedade de suas situações não são examinados ou então apresentados sob formas meramente explanativas. A ampla ignorância do “sentido subjetivo” que os agentes históricos emprestam a suas ações — cuja reconstrução deve ser a tarefa das ciências sociais, segundo Max Weber — levou a uma nova valorização do ponto de vista narrativo ou fenomenológico no tratamento das questões das ciências sociais. Cabe ressaltar que, neste processo, domina uma espécie de descritivismo antiteórico, tal como foi propagado por um dos grupos mesclados à polêmica do historicismo, na economia política alemã, em fins do século XIX, radicalizando as posições de Schmoller. No mais das vezes, contudo, não são descrições “finas” ou “grosseiras” de um material, quase sempre já trabalhado, que faltam na ciência. Em geral, só se progride nela pela busca de uma explicação teórica que torne possível uma compreensão mais profunda de ações ou acontecimentos determinados e suficientemente descritos.

Neste contexto há três tipos relevantes de teoria:

1. Teorias como meios de exposição, que servem à constatação do que “propriamente” ocorreu. Elas devem ser caracterizadas como quadros interpretativos, princípios da sistematização ou dimensionamentos do campo de visão;
2. Teorias como meios de explicação, provenientes sobretudo das ciências sociais conexas, mas também de disciplinas das ciências naturais e que devem auxiliar-nos a responder à pergunta: por que aconteceu aquilo que é exposto, no nível descritivo, como ocorrido?
3. Teorias como meios de validação, de natureza metodológica, que devem fornecer-nos resposta à questão da validade da explicação do que ocorreu historicamente.

2. Cf. K. Acham: "Historizität und Generalisierung. Zur Rolle des Historischen in den Theoretischen Sozialwissenschaften", in J. Kocka/T. Nipperdey (ed.): *Theorie und Erzählung in der Geschichte*, Munique, 1979, pp. 153-220.

Se se deve falar, por conseguinte, da relação entre ciência social teórica e explicação histórica<sup>2</sup>, consideram-se sobretudo teorias do segundo tipo, dentre os acima arrolados. Pode-se falar, portanto, de teorias das ciências sociais *na ciência histórica*, com referência, especialmente, às hipóteses nomológicas dos campos da sociologia, da economia, da antropologia cultural, da ciência política, da antropogeografia, da ecologia, etc..

Impõe-se agora, todavia, a questão das teorias *da ciência histórica*: haveria teorias supra-ordenadas, com base nas quais o historiador escolheria, dentre muitas teorias explicativas de outras ciências, as que lhe sejam úteis como recursos explicativos? Parece que justamente o historiador não poderia dispensar uma visão histórica de conjunto. Ademais, é possível demonstrar empiricamente que ele é orientado por alguma forma de visão geral da realidade histórica — mesmo se confusa ou implícita — ao proceder à reconstrução do contexto dos dados históricos. A esta questão dedicaremos a segunda parte desta exposição.

Com respeito às teorias aplicadas na história, sobretudo às provenientes das ciências sociais, pode-se dizer que lograram ampliar significativamente, ao longo do tempo, o quadro conceitual das explicações históricas. Este quadro contribui, mediante diferenciação conceitual, para a pré-estruturação de ações e acontecimentos, *no plano definitório*. De outra parte, são os mesmos conceitos ou complexos de conceitos — como, por exemplo, nos campos da economia, da política ou da cultura, — que funcionam como fatores ou variáveis de uma taxonomia, *no plano explicativo*<sup>3</sup>.

A primeira parte de minha exposição deter-se-á no contexto, ora esboçado, de formação de conceitos, tipificação e explicação. Na segunda parte tratarei de analisar concepções globais de história, sob a ótica de leis e teorias históricas. Deixo para a terceira parte a crítica de um amplo preconceito metodológico: o problema dos valores nas ciências sociais.

## ***I. Conceitos, descrições e explicações***

Não é, decerto, injustificado correlacionar, com a formulação de sistemas conceituais que pretendem superar modos de pensar estreitos ou desgastados, a esperança de que se obterá, destarte, um afinamento da percepção para enquadrar os fatos sociais. Quem apreende o todo entende melhor a parte. Quem desenvolveu o sentido do possível vê a realidade de outra forma.

Com frequência se passa, nas ciências em geral e nas ciências sociais em particular, de conceitualizações insuficientes a teorizações precipitadas. Isto porque, no conhecimento da realidade, cedemos com facilidade à rotina — como já Francis Bacon quisera mostrar com sua análise das “máscaras da praça” (*idola fori*) —, uma vez que não vemos o mundo como ele é, mas como nos é dito que ele seria. Sem ser previamente designada e descrita, muita coisa não existe na nossa consciência lingüisticamente pré-formada. Só conhecemos muita coisa, por conseguinte, quando nossos olhos são abertos pelas descrições do inapercebido ou do percebido apenas de determinado modo.

Como qualquer ciência, a ciência histórica também se refere a um todo previamente dado, a uma pré-compreensão ontológica da coisa considerada, passando daí para a diferenciação e determinação mais “fina” ou “exata” das partes e do singular. Ela se desenvolve, pois, do geral para o particular. Quando não se falar mais, contudo, da verdade de um contexto mais complexo, caem também os pontos de vista da validade e da ordem, que proviriam de uma teoria (ontológica) do objeto, de uma relação de verdade. Ficamos, então, de algum modo pasmos diante do fato de que uma série de sentenças corretas distorcem a própria coisa e, por conseguinte, podem ser falsas.

Em seu recente trabalho sobre *Ciência histórica e historiografia social 1890-1914*, Georg G. Iggers mostrou que uma certa perspectiva e conceitualização do acontecimento histórico marcam profundamente ou exprimem a forma da consciência histórica<sup>4</sup>. Como revela Iggers, nos anos 80 do século XIX deu-se uma forte reação dos historiadores alemães contra a, então efemeramente florescente, história social. Enquanto historiadores fora da Alemanha, também na Áustria — como, por exemplo, Hartmann e Dopsch — destacavam fortemente aspectos socioestruturais, relatando os acontecimentos históricos sob esta perspectiva, os historiadores alemães teimavam em fixar-se no papel central da política. O ataque à história social começou com o discurso inaugural de Dietrich Schäfer, em 1888, em Tübingen, sobre *O campo próprio de trabalho da História*, por ele identificado com a história política. A ciência histórica se concentrava, para ele, na narração das decisões e ações dos estadistas. A essência do Estado, escrevia, é o poder; os poderes do Estado são de natureza principalmente política e militar<sup>5</sup>. Contra esta concepção elevou-se Eberhard Gothein<sup>6</sup>, gerando uma polêmica que, de certa forma, antecipa a grande controvérsia posterior acerca de Karl Lamprecht<sup>7</sup>. Esta contróversia mostrou, de diversas formas, como se deu a identificação — altamente polêmica — entre história social e socialismo, característica to-

4. G. G. Iggers: “Geschichtswissenschaft und Sozialgeschichtsschreibung 1890-1914. Ein internationaler Vergleich” in: W. Kütter (ed.): *Marxistische Typisierung und idealtypische Methode in der Geschichtswissenschaft*, Berlin, 1986, pp. 234-244.

5. Cf. D. Schafer: *Das eigentliche Arbeitsgebiet der Geschichte*, Jena, 1888, pp. 32s.

6. E. Gothein: *Die Aufgaben der Kulturgeschichte*, Leipzig, 1889.

7. Cf., neste contexto, G. Ostreich: “Die Fachhistorie und die Anfänge der

8. B. Faulenbach: *Ideologie des deutschen Weges. Die deutsche Geschichte in der Historiographie zwischen Kaiserreich und Nationalsozialismus*, Munique, 1980, H. Schleier: *Die bürgerliche deutsche Geschichtsschreibung der Weimarer Republik*, Berlim, 1975.

davia, das concepções correntes na época entre as duas Guerras Mundiais. O desaparecimento da história social, na Alemanha de Weimar, se deveu, em parte, à influência de certas razões intracientíficas, sobretudo das que tinham a ver com a situação sociopolítica. Assim, por exemplo, o evolucionismo histórico-filosófico de Schmoller, de uma parte, e, de outra, a orientação metódica de Lamprecht pelas teorias do “espírito do povo” (*Volksgeist*) do romantismo alemão, comprometeram metodologicamente a investigação em história social. No entanto, foram igualmente decisivas as intervenções políticas diretas no trabalho científico, de modo a assegurar o primado da política na ciência histórica. A República de Weimar conduzia o debate em torno da questão das indenizações de guerra em direção a um nítido retorno às antigas formas da política de poder e força — como demonstraram convincentemente, em trabalho recente, Bernd Faulenbach e Hans Schleier<sup>8</sup>. A isto se acrescia um hábito mental herdado do período anterior à guerra, que tinha a ver com a reação alemã às novas formas de historiografia, e que levou à identificação do método individualista de Windelband e Rickert com a ordem política e social então reinante. O efeito destas tendências foi claro: realidades sócio-históricas foram vistas, no plano definitivo, como políticas e, por conseguinte, explicadas sobretudo por fatores políticos ou também culturais-espirituais.

De modo significativo, esta forma de conceber a história teve seu contraponto na concepção marxista da história, no estalinismo. Esta considerou, no plano definitivo, realidades sócio-históricas relevantes sobretudo os dados socioeconômicos que deveriam ser explicados, não por fatores culturais ou políticos, mas exclusivamente por fatores socioeconômicos. Como se sabe, este modo de ver levou a tal abandono da dimensão política dos acontecimentos sócio-históricos, que se chegou a admitir que todas as nações capitalistas — o Império Alemão, os Estados Unidos, a Suécia ou a Grã-Bretanha — deveriam ser entendidas como fundamentalmente idênticas, do ponto de vista político, de acordo com a definição leninista do Imperialismo como estágio último do capitalismo. Ao primado conceitual do político, na historiografia de Weimar, correspondeu a negligência das diferenciações socioeconômicas entre e nos grupos e nações politicamente ativos; inversamente, a hipervalorização dos aspectos socioeconômicos dos acontecimentos sócio-históricos teve seu correspondente em que, na historiografia do marxismo ortodoxo, segundo o esquema simplificado da correlação entre “base” e “superestrutura”, as diferenças políticas entre estados capitalistas foram igualmente

deixadas de lado, assim como a possibilidade daquilo que, mais tarde, Joseph Alois Schumpeter chamaria de "a indeterminação cultural do socialismo"<sup>9</sup>.

Deve-se tomar cuidado em subestimar o significado das questões da conceitualização nas ciências sociais. Sobretudo na tipificação de realidades sócio-históricas situamo-nos num campo em que o teórico e o empírico, o geral e o concreto se confundem. A tipificação é condição da elaboração de hipóteses nomológicas. Por isso não se fixa em mera classificação ou tipificação. A esta se segue sempre a questão das *causas* das regularidades observadas e das características dominantes das ações ou dos acontecimentos sócio-históricos. Tipificações ou determinações conceituais de características fundamentais já assinalam, no mais das vezes, que hipóteses levariam aos fins visados, de modo a gerar a explicação das situações históricas que se repetem.

Se vale, contudo, que também as conceitualizações estão condicionadas por determinadas intuições cognoscitivas, que elas só se dão à luz de possíveis explicações, e que — inversamente — as explicações são, de certo modo, restringidas pelas conceitualizações previamente feitas, então a formulação de um *quadro conceitual genérico* para com respeito às características centrais no plano descritivo de situações sócio-históricas como também relativamente aos fatores no plano explicativo, relacionemos as seguintes condições, com suas características constitutivas:

1. condições políticas: poder (força ou violência) e importância;
2. econômicas: propriedades e renda;
3. culturais: valores e normas;
4. sociais: igualdade e desigualdade;
5. ecológicas: abastecimento de matérias-primas, posição geoestratégica e qualidade de vida;
6. demográficas: sistemas de parentesco e evolução demográfica;
7. biológicas: patrimônio biofísico herdado ou adquirido;
8. técnico-científicas: domínio da natureza e organização;
9. psíquicas: instintos, sublimação e socialização.

As condições particulares compreendidas, nas teorias sistêmicas, como subsistemas do fato social global podem ser decerto ainda mais diferenciadas, conceitualmente. A relação a uma classe específica de tais condições, como fatores causais, caracteriza diversas aproximações (*approaches*) das ciências sociais: assim, no âmbito da teoria sociológica, os representantes da sociologia do conflito preferem a relação aos fatores políticos ou psicoló-

9. Cf. J. A. Schumpeter: *Kapitalismus, Socialismus und Demokratie* (1ª ed. ing. 1942), Munique, 1950, p. 273.

gicos, enquanto representantes da sociologia compreensiva referem-se sobretudo a fatores culturais; representantes da perspectiva marxista destacam os econômicos; neomarxistas, econômicos e culturais; teóricos comportamentalistas, psicológicos; e assim por diante.

Vale para as nove classes de condição citadas que os processos sociais, por princípio, não podem ser reduzidos a uma única dentre elas, como a sua causa. A história das ciências históricas e sociais, até hoje, é uma história da supervalorização heurística — embora frutuosa — do significado de determinado fator da explicação do agir social. No sistema categorial dessas ciências humanas, deve sempre haver lugar para os mais diversos fatores possíveis do agir histórico concreto dos homens — mesmo se deve ser aceito que um ou outro interesse mais ou menos: como, por exemplo, especificidades religiosas, cosmovisões etc. A absolutização de um desses fatores não é admissível. O historiador tem de levar sempre em conta todos esses momentos, sem simplificar o caráter complexo das forças históricas. Dificilmente seria possível estabelecer *a priori*, ou seja, sem análise histórica concreta, uma “tabela valorativa” desses fatores. A dificuldade está em que muitos dos fatores relacionados não agem permanentemente: sob determinadas condições aparecem alguns como essenciais, sob outras condições, outros.

A história da historiografia nos faz conhecer, contudo, absolutizações de determinados fatores, no sentido do privilégio de certos modelos explicativos de ciências específicas. Isto ocorre da forma mais clara no quadro de textos polêmicos, em que são tratadas causas de fenômenos, e nos quais os autores procuram interpretar um determinado fator, ao qual se atribui, por alguma razão, significado especial, como se fosse único. Por isso, observa Stanislaw Ossowski, foram possíveis os debates em torno da questão de se determinar se o fanatismo religioso ou a conquista de novos mercados foram o motivo da proclamação das Cruzadas. “Encontra-se tal oposição mesmo quando os oponentes levam em conta um segundo fator para descrever a situação e se opõem de acordo com base na equivalência de setenças do tipo: a) ‘Nas sociedades que tinham necessidade de novos mercados, o fanatismo religioso levou às Cruzadas’; b) ‘Nas sociedades com tendências ao fanatismo religioso, a necessidade de conquistar novos mercados conduziu às campanhas dos cruzados’”<sup>10</sup>. Encontramos, com frequência, nas ciências sociais, uma prática explicativa que toma por base a suposição de que quando um autor fala, acerca de determinadas instâncias, da importância do fator A, rejeita desde logo a importância ou relevância causal dos fatores B, C, ... “Na polêmica, levada

10. S. Ossowski: *Die Besonderheiten der Sozialwissenschaften* (1ª ed. polonesa 1967), Frankfurt/Meno, 1973, p. 109.

até há pouco por pessoas que se chamavam de 'marxistas', surgiram repetidas críticas baseadas na pressuposição de que alguém que formule um contexto renegue com isso quaisquer outros. A crítica às teorias psicanalíticas foi feita como se existisse uma contradição entre a influência determinante da situação familiar e da infância sobre o desenvolvimento do indivíduo e sua situação no sistema de classes"<sup>11</sup>. A tendência às explicações monocausais — aqui "materialistas", alhures "idealistas" — acabou recebendo a distinção de um princípio metódico universal.

11. *Ibid.*, pp. 109s.

Falamos, até aqui, de diversas condições nos planos descritivo e *explicativo de fenômenos históricos e sociais*. Uma análise destas condições é particularmente importante também no âmbito de uma teoria da história, pois ela ajuda a evitar uma unilateralidade precipitada de descrição e de explicação de um objeto. Simultaneamente, com o reconhecimento da importância dessas condições, faz-se necessário reagir contra a concepção de que a mera adição de fatores dos acontecimentos históricos permitiria a elaboração de um princípio de explicação histórica. Além disso, nas explicações históricas que tomam emprestados conhecimentos históricos das ciências sociais vizinhas, é de bom alvitre respeitar atentamente a sucessão temporal entre os fatores causais relevantes, para uma explicação concreta. As classes de fatores citadas acima não se alinham exatamente lado a lado ou uma após a outra, como soldados em ordem unida — elas operam muito mais em interação recíproca e, no mais das vezes, num *time lack* bem preciso, ou seja em fases distintas. Examinemos a questão, mais de perto, com um exemplo. Tomemos a análise das causas do atraso dos assim-chamados "países em vias de desenvolvimento", fenômeno altamente significativo para a história contemporânea. Constatar-se-á que lidamos, nesse caso, não apenas com explicações multifatoriais, mas também com análises em planos múltiplos, em que os diversos planos estão interligados por uma determinada relação temporal. (Um efeito colateral desta circunstância poderia ser o entendimento de quão delicadas são, no âmbito das explicações históricas, as relações entre, de um lado, leis estruturais e leis do movimento e, de outro, as exposições narrativas.)

É indiscutivelmente difícil encontrar um nome adequado para os países economicamente atrasados, uma vez que encontramos, entre os assim-chamados países em desenvolvimento, tanto países com ricas reservas de matéria-prima, mas com estrutura econômica pouco desenvolvida, como países pobres em recursos naturais e com grande carência de capital e tecnologia, como ainda países particularmente desprovidos de condições

para crescimento econômico (*os least developed countries*). Já que é tão difícil dar um nome adequado a esses países, sê-lo-á ainda mais a determinação das causas de tal atraso, diante de tal diversidade. Essa problemática surge em todas as tentativas de explicar o subdesenvolvimento. Tais tentativas acabam por desembocar numa espécie de construção ideal-típica de modelos, a qual deve permitir, ao longo da análise histórica e socioeconômica concreta e em função dos dados empíricos concretos, determinar os fatores (variáveis) decisivos em cada país, ponderando-os e relacionando-os objetivamente. Dentre as causas ou os fatores possíveis para o subdesenvolvimento econômico são arrolados, em geral:

- na seqüência das análises de Karl Marx, a “lei da queda tendencial da taxa de lucro”, segundo a qual — por causa da crescente vulnerabilidade às crises dos países capitalistas, decorrente da constante centralização e concentração do capital — existe a necessidade de uma válvula para fora, para o mundo não-capitalista, que leva à exploração;
- referindo-se ao fato de que a superação da dependência imperialista ainda está longe de ter vencido todos os entraves ao desenvolvimento, remete-se com freqüência às assim-chamadas “estruturas dualistas” dos países em desenvolvimento, entendendo-se por isso a existência de estruturas econômicas e sociais díspares: ao lado de elementos retardadores do desenvolvimento; além disso, remete-se também;
- à dotação extremamente desequilibrada de fatores de produção;
- à importância radical das condições demográficas, as quais levam ao “consumo” de todo progresso econômico pelo crescimento demográfico;
- às diferenças de recursos naturais;
- às condições climáticas e geográficas específicas;
- à inserção dos países em desenvolvimento na economia mundial, em benefício dos países industriais desenvolvidos, o que acarreta a tendência ao encarecimento dos bens industriais comparativamente com a produção agrícola e provoca fortes oscilações dos preços da matéria-prima: ou seja, na fixação de *terms of trade* em detrimento dos países em desenvolvimento;
- por fim, faz-se remissão sobretudo também a dados étnicos e políticos que têm a ver, por exemplo, com rivalidades intra-tribais, com um grupo unitário num povo, com a existência de uma instância administrativa central legítima ou ainda com uma estrutura de dominação policêntrica.

Esta curta exposição das causas fundamentais do subdesenvolvimento mostra, em geral, ser impossível nomear *uma* condição necessária e suficiente como *a* causa da situação insatisfatória

de um país. Não cabe outra conclusão, se não a de se submeter ao labor, como já foi dito, de entender o "subdesenvolvimento" como fenômeno multifatorial. Nesta tarefa cabe ver que os diversos fatores entravantes do desenvolvimento em parte se reforçam mutuamente. A esse respeito foram desenvolvidos "círculos viciosos" de tais fatores, sob a forma de modelos. Esses modelos podem ser apresentados diferentemente, dependendo do número de fatores considerados<sup>12</sup>. O modelo mais simples é apresentado na *figura 1*. Trata-se da seqüência: renda baixa — taxa de poupança baixa — falta de capital — taxa de investimento baixa — baixa produtividade — renda real baixa, etc.

Acrescentando-se o efeito da pobreza sobre as condições de vida da população, pode-se construir um segundo "círculo vicioso" que reforça o efeito da pobreza sobre a situação miserável da população. Daí resulta a *figura 2* do círculo vicioso da pobreza e da subnutrição.

Sem dúvida é possível ainda ampliar o esquema dos fatores inibidores do desenvolvimento na *figura 2*. Na *figura 3* encontra-se esta ampliação: busca-se elaborar um sistema de possíveis círculos de regras inibidoras do desenvolvimento, no qual se referem não apenas os fatores econômicos e biológicos, mas também culturais, demográficos e técnico-científicos.

Com a representação figurativa dos três modelos lembra-se o seguinte: primeiramente completou-se a taxonomia de causas ou fatores do subdesenvolvimento econômico através da *representação dos componentes processuais de um círculo de regras* que caracteriza o subdesenvolvimento econômico em sentido estrito (*figura 1*); a *figura 1* foi então completada por outras explicações dinâmicas (processuais) do subdesenvolvimento econômico e pela *representação de uma interação elementar entre dois círculos de regras*, ou seja: entre os círculos de regras econômicos e biológico-demográficos (*figura 2*); por fim, a *figura 2* foi aumentada pela *representação de interações complexas entre vários círculos de regras*, significativos para a inibição do desenvolvimento — mediante inclusão de fatores econômicos, biológico-demográficos, técnico-científicos e culturais (*figura 3*). Seria, contudo, equivocado, nesta reflexão, atribuir peso tal aos fatores de modo que se considerasse possível qualificar um, *a priori*, como *causa causarum*. Tal ponderação fatorial depende das carências respectivas — ou seja: de relações — factualmente existentes entre abundância e escassez. Uma *hierarquização* das variáveis só é possível pressupondo-se a aplicação dos modelos de círculos de regras a situações históricas concretas.

12. As representações modelares a seguir foram tomadas do livro de T. Pierenkemper: *Wirtschaftssoziologie. Eine problemorientierte Einführung mit einem Kompendium wirtschaftssoziologischer Fachbegriffe*, Polónia, 1980, pp. 281s.

Figura 1: Círculo vicioso da Pobreza

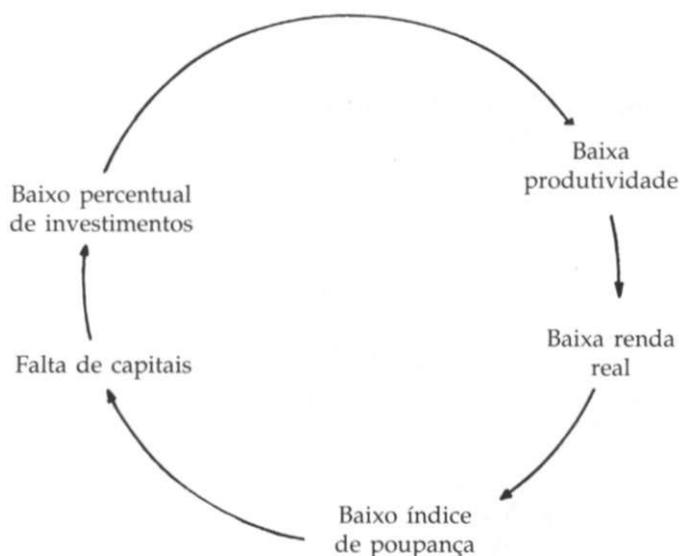
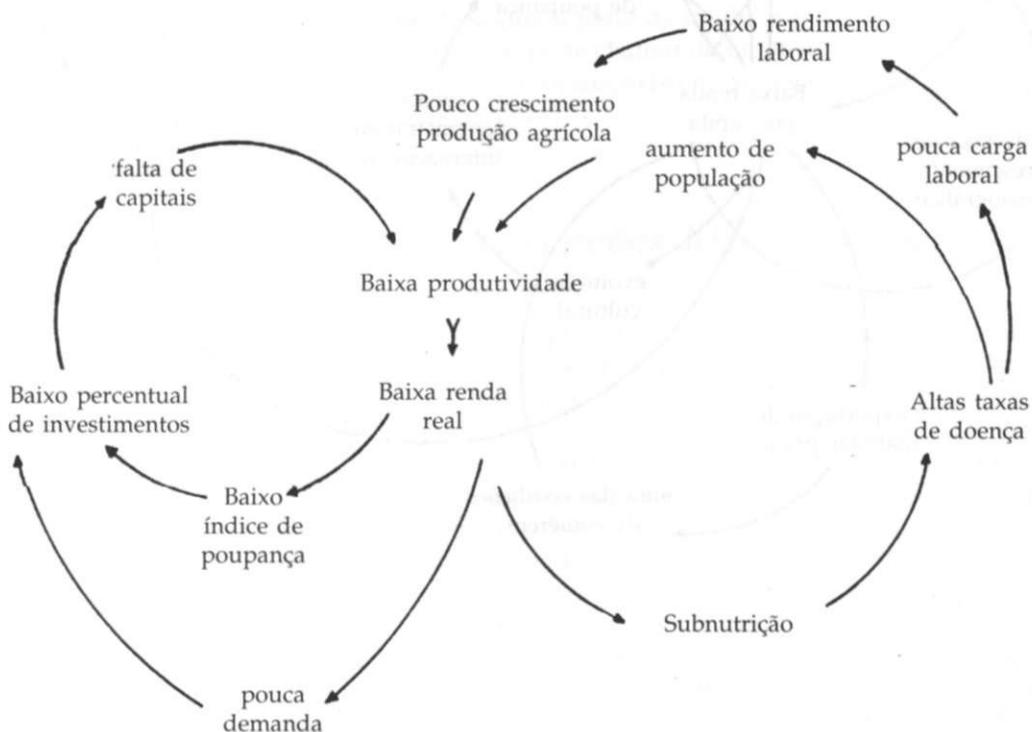
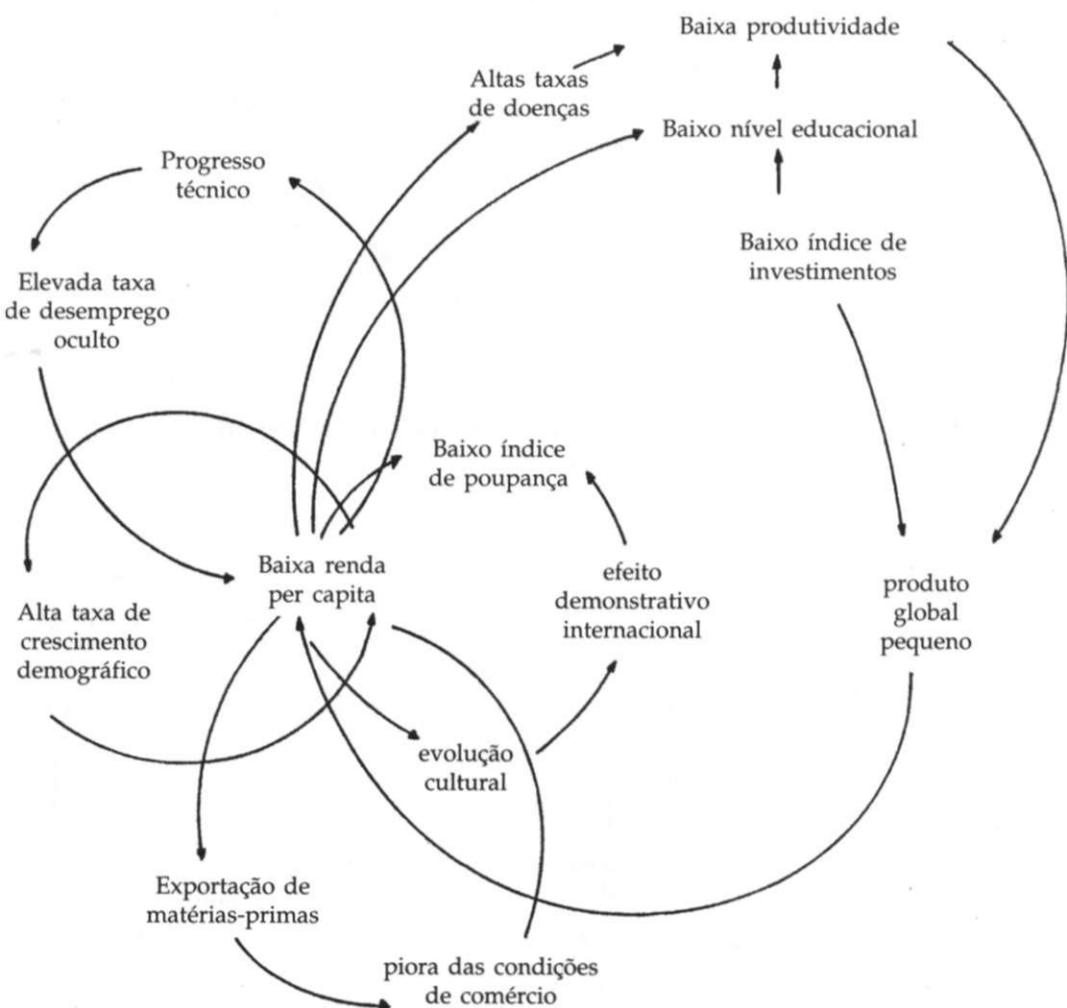


Figura 2: Círculo vicioso da pobreza e da subnutrição



**Figura 3:** Modelo ideal-típico de Círculos de Regras inibidoras do desenvolvimento



Como já disse, o problema principal de tais modelos está na escolha dos fatores decisivos e sua correlação segundo os pontos de vista da relevância objetiva. Estes modelos não podem ser simplesmente abarcados pelo conceito de "conhecimento nomológico", pois trata-se de regularidades agregadas com seqüências temporais díspares, dentro e fora dos círculos de regras. Lidamos tanto com leis da coexistência como com leis da sucessão, cujo sistema global pode gerar acelerações em certos setores e retardamento noutros. Em suma, tais modelos do subdesenvolvimento aproximam-se muito do que Max Weber chamou de "tipo ideal". Este, escreveu Weber em seu famoso artigo de 1904, "A objetividade do conhecimento sociológico e sociopolítico", "é obtido pelo reforço unilateral de um ou de alguns pontos de vista ou pela fusão de fenômenos isolados, difusos, ocorridos aqui mais, ali menos, em parte sequer disponíveis, e que se inserem naquele ponto de vista destacado unilateralmente, formando um construto de *pensamento* unitário. Em sua pureza conceitual, este construto não é encontrável empiricamente em parte nenhuma, é uma *utopia*. Para o trabalho *histórico* surge a tarefa de constatar, em cada *caso*, quão próxima ou distante está a realidade daquela imagem ideal..."<sup>13</sup>.

13. M. Weber: "Die 'Objektivität' sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis", in: M. Weber: *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, 3ª ed. Tübingen, 1968, pp. 146-214, p. 191

14. Acerca de uma distinção, mais desenvolvida, entre leis e teorias, cf. K. Acham: op. cit. (nota 3), pp. 145-193.

Com estas considerações chegamos ao campo da pesquisa geral de fundamentos nas ciências sociais. A questão que nos ocupará na subseqüente segunda parte da minha exposição é a de saber se, ao lado do que se pode chamar de hipóteses e concepções de pesquisa nas ciências sociais, existem também leis, teorias e concepções gerais *históricas*<sup>14</sup>.

## II. Leis, teorias e concepções históricas gerais

Trataremos, no que segue, de examinar um princípio possível de ordenamento, que permita uma consideração fatorial dos acontecimentos históricos. O fundamento deste tipo de esforço já foi exemplarmente descrito por Ernst Bernheim, em 1908, em seu *Manual do método histórico e da filosofia da história*: "A Antropologia assumia as questões relativas à natureza humana, a antropogeografia a investigação das influências da natureza, a psicologia social, a etnologia, a sociologia assumiram a investigação das condições psicossociais. No entanto, é difícil que todos esses problemas possam ser tratados de tal forma pelas ciências setoriais que nada restasse para ser pesquisado por uma filosofia da história... Mesmo se assim fosse, seria indispensável realizar uma consolidação unificada dos resultados dessas ciên-

cias setoriais, em face das relações intimamente dependentes entre os diversos problemas e delas para com o processo histórico. Justamente o historiador que queira aplicar tais resultados em sua pesquisa não pode dispensar esta consolidação. Ele não pode extrair, fragmentária e ecleticamente, das ciências setoriais, os conhecimentos e concepções gerais auxiliares de que necessita, sem correr o risco de cair num caos de concepções díspares ou mesmo divergentes<sup>15</sup>.

Para caracterizar o que se pode entender, hoje, por concepção histórica global, remeto às considerações de Wolfgang J. Mommsen, em seu artigo de 1977: "O caráter perspectivo das sentenças históricas e o problema do partidarismo e da objetividade do conhecimento histórico"<sup>16</sup>. Segundo Mommsen, podem-se identificar quase sempre três grupos de "premissas fundamentais" como base dos "interesses orientadores do conhecimento" do historiador, indiferentemente se estão explicitamente formuladas ou implícitas à respectiva exposição. Trata-se de:

1. uma determinada concepção da essência do homem;
2. uma determinada concepção da evolução social;
3. determinadas expectativas quanto à evolução futura da respectiva sociedade contemporânea, que Mommsen caracteriza como indutivas e normativas<sup>17</sup>.

Como entender melhor estas considerações?

Com respeito tanto ao plano antropológico quanto às expectativas relativas à evolução futura, fica claro que se trata sobretudo de *conteúdos normativos*. Mommsen não causa a impressão de que aceitaria a existência de uma resposta, intersubjetivamente obrigatória, à pergunta acerca do que o homem seria ou de que modo deveria ser modelada a evolução futura da respectiva sociedade contemporânea. Não resta dúvida de que o homem também é, de modo decisivo, o que ele *quer* ser. Ademais, com relação às perguntas características das nossas expectativas do futuro, envolvendo a questão da hierarquia correta dos valores — como vida e liberdade, liberdade e igualdade, liberdade e segurança, veracidade e humanidade —, vale que as respostas nunca poderão ser universais e necessárias, mas sempre apenas possíveis na forma de um juízo valorativo relativo. Esta *relatividade do juízo valorativo* não significa *relativismo de valores* no sentido de que todos os valores (padrões ou medidas axiológicas supremas) sejam válidos de forma igual. Aqui assevera-se, antes, que a prioridade de valores, seu grau de validade, depende da *escassez* daqueles bens — materiais ou imateriais — que devem ser ajuizados por recurso a valores como medidas ou padrões. Bens escassos são particularmente destacados, e fica claro o

15. E. Bernheim: *Lehrbuch der Historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*, 5ª e 6ª ed., Leipzig, 1908, p. 744.

16. W. J. Mommsen: "Der perspektivistische Charakter historischer Aussagen und das Problem von Parteilichkeit und Objektivität historischen Aussagen" in: J. Rüsen (ed.): *Objektivität und Parteilichkeit*, Munique, 1977, pp. 441-468.

17. Existe uma correlação estreita entre *expectativas indutivas*, no sentido de situações que se pode esperar de tendências presentes exploradas, e *expectativas normativas*, no sentido do que se deseja no futuro. A estimativa de certas carências atuais e de uma suposta agregação no futuro podem (e, por vezes, até devem) acarretar orientações valorativas anticíclicas. Ele pode também, contudo, sob condições culturais específicas, levar às atitudes de expectativa normativa do desinteresse e do fatalismo.

18. Cf., por exemplo, K. Mannheim: *Ideologie und Utopie*, 5ª ed., Frankfurt/Meno, 1969, p. 242: id.: *Wissenssoziologie*. Seleção da obra, Berlim-Neuwied, 1964, pp. 570 e 620.

quanto as preferências valorativas que nos transmitem as diferentes cosmovisões (concepções do homem e da sociedade) refletem escassezes específicas de tal ou qual época. Deparamo-nos também com estas — na qualidade de contra-imagens positivas de realidades deficientes — nos ideais fundamentais de uma época: como conhecimento, como amor, como autonomia, como igualdade diante da lei —, como igualdade socioeconômica, etc. O “*relacionismo*” de Karl Mannheim<sup>18</sup>, que busca refletir sobre relatividades nada tem em comum com o relativismo da indiferença axiológica, a não ser um pouco de etimologia.

Perguntemos agora pelos *conteúdos descritivos* da concepção global histórica que Mommsen apresenta de modo muito abrangente. Em primeiro lugar, trata-se de determinados sistemas de sentenças da antropologia empírica. Em seguida, contudo, trata-se de concepções da evolução social nos mais diversos segmentos da sociedade global, que incluem os mais diversos processos de mudança nos subsistemas da sociedade global — econômicos, políticos, socioestruturais, culturais, demográficos, ecológicos — a que aludi na primeira parte de minha exposição. Existem, porém, processos de mudança que só sejam apreensíveis por *teorias* especificamente *históricas*? Com efeito, encontramos freqüentemente, na bibliografia, reconstruções de evoluções de tipo complexo, às quais por vezes se reconhece o grau de teorias da história. Em termos gerais caracterizemos resumidamente três teorias desse tipo:

1. O primeiro grupo de teorias da história contém leis que, como as “leis sociológicas gerais” do materialismo histórico, agem durante toda a história da humanidade: a lei da coincidência das relações de produção com o caráter das forças produtivas, a lei do papel determinante do ser social sobre a consciência social; a lei da dependência da superestrutura com relação à base da sociedade.

2. Outro grupo reúne as teorias das diversas épocas e formações históricas: do capitalismo, do socialismo, da Antigüidade, da Idade Média, da Idade Moderna, etc. Não há diferença de princípio se são tratados aspectos contemporâneos ou de épocas passadas, como se encontra, por exemplo, na *Teoria da época contemporânea* de Hans Freyer ou em *Problemas de legitimação do capitalismo tardio* de Jürgen Habermas.

3. Um terceiro grupo de teorias da história engloba as diversas formas da reconstrução do contexto temporal global de mudanças passadas do mundo. Tais teorias utilizam-se quase sempre do sistema categorial de uma teoria evolutiva. São claros exemplos deste grupo as concepções de Herbert Spencer acerca da

diferenciação crescente dos grupos sociais e as de Max Weber sobre a crescente racionalização e desmitificação de todos os setores da vida.

Ao se examinar mais detidamente o que aparece como *concepção histórica global* — começando por Ranke, passando por Bernheim e chegando até Mommsen —, constata-se serem elas um composto de elementos descritivos e normativos. Ninguém pode, justificadamente, negar que existam questões candentes e de amplo interesse, para as quais não há respostas cientificamente satisfatórias: o que deve ser o homem, como deve ser o futuro. Também no contexto das concepções históricas globais, não resta dúvida que se deve reagir contra a pretensão, ética e intelectualmente destrutiva, de que seja tarefa da ciência formular, coercitivamente, o que *deve* ser. Cientificamente só se pode determinar o que se quer dentro de determinada ordem ou que conseqüências — possivelmente não queridas — pode ter um agir orientado por determinadas exigências normativas. Por outro lado, é cientificamente impossível provar ou refutar a superpositiva força coercitiva de um dever instituído normativamente. Este ceticismo fundamental do cientista, tal como aparece de forma exemplar na obra de Max Weber e de Hans Kelsen, dirige-se contra todas as tentativas de racionalizar *a posteriori* o fundamento pré-racional das valorações e das decisões. O cientista preocupado, no plano das teorias científicas, com *conhecimentos* livres de valorações com base emotiva — seja ele sociólogo ou historiador — não é neutro, em seu *agir* político, até mesmo por conseqüência desta preocupação. Contra a mistura entre a abordagem científica de fatos e de raciocínios valorativos, mas não contra o engajamento por seus próprios ideais é que se dirigiram as considerações metodológicas de Weber e de Kelsen. Falta de posições próprias e objetividade científica nada têm a ver uma com a outra.

Essa concepção se contrapõe à intenção, hoje ainda demonstrável, de “objetivar” concepções subjetivas de valor mediante o recurso a dados históricos reais, declarando-as certas ou erradas, tornando assim o fato emocional dos valores em “conhecimento”.

### **III. Crítica de um preconceito metodológico difundido**

O traço normativo ainda restante, nas concepções da essência do homem e nas expectativas sobre a evolução futura, a que

19. Cf., especialmente, R. S. Merton: "Social Problems and Sociological Theory" in: R. K. Merton e R. A. Nisbet (ed.): *Contemporary social Problems*, Nova Iorque, 1961, pp. 697-737; Georges Canguilhem: *Das Normale und das Pathologische*, Frankfurt/Meno, 1977 (trad. da 2ª ed. francesa, 1972).

acabamos de aludir, contribuiu repetidamente para o sucesso do seguinte raciocínio no campo da metodologia sociológica e histórica: atitudes valorativas seriam determinantes da relação valorativa específica dos historiadores e sociólogos para com o objeto de suas reconstruções; sobretudo a identificação de problemas tem particularmente a ver com as assim-chamadas "expectativas de normalidade" e com a realidade delas divergente<sup>19</sup>.

Fica claro, aqui, que não apenas as expectativas indutivas (que se referem a efeitos precisos de tendências) podem acarretar expectativas normativas, mas que também, inversamente, expectativas normativas (que dizem respeito a anseios e esperanças concretizados) podem ser determinantes da interpretação de processos concretos. Para análise dos contextos entre "causalidades" e "valores" vale, cada vez mais, o interesse por uma metodologia aberta à sociologia dos valores e do conhecimento, assim como por uma sociologia dos valores e do conhecimento aberta à filosofia. As análises mais detidas foram, em sua maior parte, valiosas e sugestivas. Como são, todavia, altamente duvidosas do ponto de vista lógico, e de conseqüências destrutivas para o *ethos* da ciência, dever-se-ia demonstrar uma perspectiva bem precisa desta relação entre valores e causalidades, em condições de poder correlacionar estreitamente a capacidade teórica da explicação com uma matemática cognoscitiva. Pensava-se que, das diversas concepções subjetivas de valor, surgiria apenas uma anarquia de explicações. Por essa razão seria necessário tentar realizar uma padronização das concepções valorativas pelo recurso a dados "objetivos", historicamente reais. A padronização e a objetivação das concepções valorativas devem garantir a objetivação de explicações.

Como se deve garantir esta correlação entre valores e causalidades? A teoria da história contribuiria, primeiramente, para delimitar a direção do processo histórico. Num segundo passo, deve-se constatar se ocorre coincidência entre a meta reconhecida do processo histórico real e os fins e interesses de determinado indivíduo ou grupo. Se uma "equivalência" for demonstrada poder-se-ia dizer que tais concepções valorativas se identificam com os fins do processo histórico. As concepções valorativas "subjetivas" dos indivíduos e dos grupos devem representar valores "objetivos", porque elas convergem para as tendências evolutivas do processo "objetivo" de história. O que quer dizer, aqui: ocorrendo independentemente do sujeito. O autor marxista Igor S. Kon, a quem devemos uma série de valiosas análises da filosofia da história e da sociologia contemporâneas, formula, em sua *Filosofia da história no século XIX*, um raciocínio de forma altamente problemática: "Quão mais pro-

funda é a pesquisa científica, tanto mais claramente se destaca, nela, as leis objetivas que, do passado, pelo presente, indicam o caminho do futuro. Como as exigências destas leis coincidem com os interesses de classe do proletariado, a objetividade do cientista se identifica com seu partidarismo”<sup>20</sup>.

Em seu conhecido artigo sobre “Sentido da neutralidade axiológica das ciências sociológicas e econômicas”, de 1917, Max Weber já criticava a crença de que se deveria ou poderia deduzir, de “tendências evolutivas”, instruções para valorações práticas. Há nisto um problema sempre renovado para o indivíduo, se ele deveria desistir da esperança de realizar suas valorações práticas, diante de seu conhecimento da existência de uma clara tendência evolutiva:

“Em geral, os homens tendem fortemente a se adaptar ao sucesso ou ao que promete sucesso, não apenas — o que seria natural — na medida em que buscam realizar seus últimos ideais, mas até o preço de os abandonar. Na Alemanha pensa-se poder disfarçar isto com a expressão ‘política real’. Não se consegue, contudo, entender por que justamente os representantes de uma ciência empírica deveriam sentir a necessidade de reforçar essa situação, ao aplaudir a ‘tendência evolutiva’ e ao transformar em princípio, coberto pela autoridade da ‘ciência’, a ‘adaptação’ àquela tendência com base em um problema de *valoração* que só pode ser resolvido pelo indivíduo em cada caso particular, e que lhe seria incutido na consciência”<sup>21</sup>.

Concluindo, Weber constata que estaria correto ver uma política bem-sucedida como a “arte do possível”, mas que seria não menos correto que o possível com frequência só foi alcançado quando se passou ao impossível, para além dele. Com respeito à ética da “adaptação” aqui referida, Weber escreve, criticamente: “Não quero saber que, na nação, se escamoteie sistematicamente, em nome da ciência, que..., ao lado do ‘valor de sucesso’ de uma ação, existe seu ‘valor mental’. Em todo caso, a ignorância deste fato impede a compreensão das realidades”<sup>22</sup>. Com efeito, representaria também para o cientista social uma falsa avaliação das exigências reais de sua disciplina considerar supérflua a abordagem das questões valorativas e do discurso racional sobre concepções valorativas, e em particular após tomar-se conhecimento dos valores de extrapolação do processo histórico até hoje.

A *concretude* social e histórica é categorialmente distinta de qualquer tipo de *validade normativa*. Mas o que a concretude da história real é, para o cientista social preocupado com as possi-

20. I. S. Kon: *Die Geschichtsphilosophie des 20. Jahrhunderts*, (do russo), 2 vol., Berlim, 1964, vol. 2, p. 134.

21. M. Weber: “Der Sinn der ‘Wertfreiheit’ der soziologischen und ökonomischen Wissenschaften”, in: M. Weber: *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, (nota 13) pp. 489-540, 513.

22. *Ibid.*, p. 514. Iônia, 1980, pp. 281s.

bilidades e exigências do agir humano, constitui, para o metodólogo das ciências sociais e históricas, a concretude da história da ciência. Neste contexto cabe advertir quanto ao mal-entendido de que a tarefa do metodólogo das ciências sociais e históricas consistiria em restringir-se à descrição do que fazem historiadores e sociólogos. O metodólogo tem de explicar e não duplicar. O dado determinante para o metodólogo não é, em última instância, o que fazem os cientistas, mas o que serve de substrato de suas exposições e explicações. Por isso deve ele agir também como construtor da realidade sócio-histórica, familiarizado com as teorias sociológicas, e não ficar apenas como um destruidor falsificacionista de sentenças particulares. Com outras palavras, para encerrar minhas considerações: na metodologia das ciências sociais e históricas devem ter lugar de igual importância a construção ao lado da crítica e a ontologia ao lado da lingüística.

*Traduzido do alemão por Estevão de Rezende Martins*

Endereço do autor:  
Institut für Soziologie  
Universität Graz  
Heinrichstr. 106/I./10  
8020 — Graz — Áustria